



MOVIMENTOS SOCIAIS NA FRONTEIRA: DINÂMICAS DE PODER E RESISTÊNCIA NA INSTITUCIONALIZAÇÃO E NA INSTITUCIONALIDADE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL.

Najara Leite Bento

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e bolsista do CAPES

Humberto José da Rocha

Dr. Professor do Programa de Pós-Graduação História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

humberto.rocha@uffs.edu.br

1. Introdução

A institucionalização da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) em 2009 configura-se como um fenômeno paradigmático para os estudos sobre movimentos sociais e políticas educacionais no Brasil contemporâneo. Conforme destacam Rocha (2022) e Tedesco et al. (2021), sua gênese está intrinsecamente vinculada à ação coletiva organizada de sindicatos rurais, como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf-Sul), movimentos camponeses articulados à Via Campesina, comunidade organizada, estudantes e civis, que transformaram demandas fragmentadas nas regiões de fronteira sul do país, em uma agenda política pertinente durante o ciclo de protestos do movimento Pró-Universidade Federal entre 2005 e 2010.

Esse processo representa a teoria da oportunidade política (TARROW, 2009), na qual a conjuntura favorável, marcada pelas políticas de expansão universitária nos governos Lula, em especial o REUNI (Decreto nº 6.096/2007), permitindo que reivindicações nas regiões de fronteira sul do Brasil se materializassem em uma instituição federal. Como ressalta Tatagiba (2014), a vitória dos movimentos deve-se à combinação entre mobilização de rua e aproveitamento de espaços institucionais, evidenciado nas assembleias populares e negociações com o MEC documentadas no Relatório CPA UFFS (2010).

O problema central desta pesquisa reside na tensão, após a institucionalização da UFFS em 2010, está entre a institucionalidade e resistência dos movimentos sociais, investigando como esses movimentos, que protagonizaram a criação da Universidade



Federal da Fronteira Sul - UFFS, mantiveram influência na governança universitária após 2010. Conforme North (1990), instituições originadas de mobilizações enfrentam dilemas entre autonomia e conformidade às estruturas estatais, paradoxo evidente na trajetória da UFFS. Se em seu período inicial (2010-2016) o Conselho Universitário (CONSUNI) reservava 30% dos assentos para representantes da sociedade civil (TEDESCO et al., 2021), o cenário pós-2016, com cortes orçamentários e intervenções na autonomia universitária (SCOTT, 2023), ameaçou seu projeto original de universidade "popular".

A pesquisa justifica-se por três eixos teóricos fundamentais, a primeira sendo a ação coletiva e oportunidade política (TARROW, 2009; MCADAM et al., 2001); seguido sobre a mudança institucional (NORTH, 1990); e terceiro a territorialidade e educação (HAESBAERT, 2010; SANTOS, 2006). O objetivo geral é analisar como os movimentos sociais se reconfiguram nos espaços institucionais da UFFS após sua criação, examinando em que medida preservam seu caráter popular. Os objetivos específicos incluem investigar a participação dos movimentos sociais nos órgãos colegiados; analisar o impacto da UFFS no desenvolvimento regional e avaliar as estratégias de resistência frente aos desafios políticos recentes.

2. Metodologia

A metodologia desta pesquisa se baseia em uma abordagem qualitativa que articula três eixos principais para analisar as dinâmicas entre movimentos sociais e institucionalização na UFFS, a análise prioriza as práticas cotidianas e representações dos atores envolvidos. O primeiro eixo consiste na análise documental de fontes primárias incluindo a legislação de criação da UFFS como a Lei 12.029 de 2009, as atas do CONSUNI entre 2010 e 2023 para mapear a participação dos movimentos sociais nos espaços decisórios e os relatórios institucionais, que registram os impactos dos cortes orçamentários após 2016. O segundo eixo compreende entrevistas semiestruturadas com atores-chave incluindo lideranças do Movimento Pró-Universidade Federal, selecionadas por sua atuação entre 2005 e 2010 e gestores universitários como ex-reitores e pró-reitores vinculados a diferentes projetos políticos da universidade. As entrevistas seguirá um roteiro flexível abordando estratégias de



mobilização, desafios na governança e percepções sobre o caráter popular da instituição. O terceiro eixo envolve revisão bibliográfica crítica abrangendo teorias sobre movimentos sociais de autores como Tarrow e Gohn e estudos sobre educação superior e desenvolvimento regional. A triangulação desses métodos permitirá confrontar dados institucionais e memórias dos atores e arcabouço teórico garantindo solidez à análise. A pesquisa seguirá os protocolos éticos com termo de consentimento livre e esclarecido para as e os participantes.

3. Resultados e discussão

A fase inicial da pesquisa, centrada na revisão bibliográfica e análise documental, já permite identificar algumas tendências e questões relevantes que orientarão as próximas etapas do trabalho. A análise dos documentos fundacionais da UFFS, em particular a Lei 12.029/2009 e os relatórios da CPA (2010-2012), revela uma clara intenção de incorporar os movimentos sociais na estrutura de governança da universidade, com destaque para a previsão de participação nos órgãos colegiados. Este achado inicial corrobora as proposições teóricas de Tarrow (2009) sobre como movimentos sociais podem aproveitar “janelas” de oportunidade para institucionalizar suas demandas. A revisão da produção acadêmica sobre o tema, especialmente os trabalhos de Rocha (2022) e Tedesco et al. (2021), indica que o movimento Pró-Universidade Federal conseguiu articular diferentes atores sociais, desde sindicatos rurais até lideranças comunitárias. Esta constatação dialoga com a teoria da ação coletiva de Olson (1999), particularmente no que se refere aos desafios de coordenação entre grupos com interesses diversos. No entanto, ainda é necessário aprofundar a análise sobre como essas alianças se mantiveram (ou não) após a criação da universidade. Os documentos analisados até o momento sugerem uma tensão constante entre, o projeto original de universidade "popular" e as pressões por conformidade ao modelo burocrático tradicional de gestão universitária. Esta observação preliminar encontra eco nas reflexões de North (1990) sobre mudança institucional, mas carece de maior evidência empírica para sustentar análises mais conclusivas.

A próxima etapa da pesquisa, que incluirá a análise sistemática das atas do



CONSUNI e a realização de entrevistas, buscará responder a questões que emergiram desta fase inicial: Como se deu na prática a participação dos movimentos sociais nos espaços institucionais? Quais foram os principais pontos de conflito entre o projeto original e as demandas burocráticas? De que forma o contexto político nacional (especialmente pós-2016) impactou essas dinâmicas?

Os resultados desta análise reforçam a relevância da pesquisa e apontam para a necessidade de um olhar atento às nuances do processo de institucionalização de demandas oriundas dos movimentos sociais, evitando leituras simplistas sobre "sucesso" ou "fracasso". A combinação entre a persistência de alguns espaços participativos e a erosão de outros na UFFS sugere um processo complexo que merece ser explorado em profundidade nas próximas fases da pesquisa.

4. Considerações finais

A análise preliminar permite identificar que a criação da UFFS representou de fato, uma conquista significativa da ação coletiva organizada, materializando-se através de mecanismos inovadores de participação social nos espaços institucionais. Contudo, os dados iniciais também revelam tensões persistentes entre o projeto original "de baixo para cima" e as dinâmicas burocráticas do Estado, conforme previsto na literatura sobre mudança institucional. A pesquisa demonstra a importância de se analisar criticamente os movimentos sociais nos processos de institucionalização e institucionalidade, evitando visões idealizadas às narrativas de fracasso absoluto. Os achados sugerem que a trajetória da UFFS deve ser compreendida como um campo permanente de disputa, onde avanços e retrocessos coexistem em diferentes dimensões da vida universitária.

Como próximos passos, o estudo deverá aprofundar a análise das estratégias de resistência desenvolvidas pelos movimentos sociais em contextos políticos adversos, particularmente após 2016. A complementação com as entrevistas permitirá compreender melhor como esses atores avaliam os limites e possibilidades da participação social na universidade hoje. Por fim, a pesquisa aponta para a necessidade de se repensar continuamente os mecanismos de democratização das instituições públicas de ensino superior.

Referências



BENINCÁ, Dirceu. Universidade e suas fronteiras. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

MANCIBO, Deise. Políticas de expansão da educação superior no Brasil (1995-2010). Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 20, n. 60, p. 31-50, jan./mar. 2015.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Dynamics of contention. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

NORTH, Douglass C. Institutions, institutional change and economic performance. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OLSON, Mancur. A lógica da ação coletiva. São Paulo: Edusp, 1999.

ROCHA, Humberto. Movimentos sociais e a Universidade Federal da Fronteira Sul em Erechim. Passo Fundo: Acervus, 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SCOTT, Joan. Os usos políticos da história. Fronteiras: Revista Catarinense de História, Florianópolis, n. 41, p. 37-52, 2023.

TARROW, Sidney. Poder em movimento: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.

TATAGIBA, Luciana. Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2014.

TEDESCO, João Carlos; ROCHA, Humberto José da; MYSKIW, Antonio Marcos (Orgs.). História dos movimentos sociais de luta pela terra no Sul do Brasil (1940-1980). Passo Fundo: Acervus Editora, 2021.

THOMPSON, Edward Palmer. Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Relatório CPA Parcial 2010-2012. Chapecó: UFFS, 2012.